



# NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

## Timor-Leste

Amanhã, quinta-feira, 28 de Novembro, assinala-se o quarto aniversário da invasão das tropas fascistas e anexionistas da Indonésia ao território do povo maubere — TIMOR LESTE.

Ali, um povo que suportou os anos amargos de ocupação colonial fascista portuguesa, a dor e a tormenta da exploração desenfreada que caracteriza a dominação colonialista, passou a sentir no âmago da sua existência, a sanha violenta e repressiva dos generais de Djakarta.

Mas o povo maubere que já tinha um passado histórico de resistência à presença portuguesa, uniu-se em torno da Fretilin, seu Partido de vanguarda, para conter e expulsar da Pátria, a soldadesca do regime fascista dirigido por Shuarto e seus comparsas.

Volvidos cinco anos, a luta tem sido heróica senão exemplar e única. Timor Leste viu-se isolado, sem contactos com o exterior, pois os militares de Djakarta haviam curtado as ligações aéreas, marítimas e terrestres, de maneira a impedir quaisquer actos de solidariedade, e para que a opinião pública se visse privada de uma informação séria e honesta das verdades e intentos criminosos do sanguinário general Shuarto.

É pertinente perguntar-se: que conseguiu Djakarta com a agressão a Timor Leste?

É evidente que a força belicista Indonésia não conseguiu vergar o povo maubere — este está em armas, organizado pela Fretilin, resistindo nas montanhas com o próprio armamento à tropa inimiga. O povo maubere trava uma luta tenaz, glorificando o nome do seu líder imortal Nicolau Lobato caído na frente de batalha.

A Indonésia conseguiu, sim, espalhar o terror, a fome e a doença.

Ainda há poucas semanas, os mass — média alertavam o mundo, para os acontecimentos no Timor Leste. Jornais, revistas, estações emissoras veicularam as cifras, — teme-se pela vida de 300 mil pessoas. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, teve que admitir que a situação no Timor-Leste, ainda é pior no que no Campuchea, destruído pela guerra.

Foi posto a nú, mais uma tormenta imperialista.

«É depois, não nos venham dizer que não vos avisámos.

## SECRETARIADO DO CONSELHO SUPERIOR DA LUTA PROPOSTO NA REUNIAO DO CEL EM CABO VERDE



Luiz Cabral no regresso:

Decisões vão activar a acção do Partido e promover a unidade Guiné-Cabo Verde

noticiário na página—8

## Aeronáutica Civil vai dispôr de Centro de Preparação

A Aeronáutica Civil da Guiné-Bissau vai dispor a partir do dia 29 deste mês de um Centro de Preparação dos técnicos da Direcção-Geral e das nossas linhas Aéreas.

Nesta primeira fase da sua actividade, o Centro de Preparação Aeronáutica de Bissalanza não vai ainda formar os técnicos das várias especialidades que o avião

necessita: dará sim, a preparação de base que os candidatos devem possuir para poder frequentar, com o máximo aproveitamento, os cursos especializados em escolas estrangeiras qualificadas para a formação de técnicos neste domínio.

A criação deste centro foi sempre apoiada pelos camaradas que passaram

pelo Comissariado de Estado dos Transportes, nos postos de responsabilidade e resultou da boa vontade e do espírito de cooperação das Nações Unidas, através do seu representante em Bissau, e da Organização da Aviação Civil Internacional.

As obras para a instalação do Centro não estão

Continua na Página 8

## Acordos agrícolas com a FAO

Três acordos agrícolas foram assinados entre o camarada Avito José Silva, secretário-geral do Comissariado de Estado do Desenvolvimento Rural e o director-geral da FAO (Organização das Nações Unidas ligado à agricultura), em Roma. Devem começar a ser executados em princípios de Janeiro do próximo ano, dizem respeito ao estudo da comercialização agrícola e do palmar e um programa de crédito.

O camarada Avito Silva, que regressou no sábado passado a Bissau, havia representado a Guiné-Bissau na II sessão da 24.ª Conferência da FAO que teve lugar naquela cidade italiana. Esta reunião contou com a presença, além de delegações de vários países, membros deste organismo, do Papa João Paulo II que falou dos problemas da paz e da melhoria das condições de vida de todos os camponeses e do Presidente zambiano, Kenneth Kawanda, que se debruçou sobre os aspectos gerais

(Continua na página 8)

## Gabinete Alimentar coordena a ajuda externa

Numa das suas últimas reuniões ordinárias, o Conselho de Comissários de Estado decidiu a criação de um Gabinete de Planificação da Segurança Alimentar que estará sob a tutela do Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano.

Segundo o preâmbulo do decreto, tendo em conta o baixo nível de

desenvolvimento das forças produtivas, a desorganização de produção resultante da guerra colonial e a seca que nos últimos anos afectou o nosso país, não pudemos ainda atingir a autosuficiência alimentar, determinando assim o recurso à Comunidade Internacional para amenizar a carência dos produtos alimentares. Em função

disso e considerando a necessidade de programar e coordenar a ajuda da Comunidade Internacional a fim de evitar duplicações de esforços e sérias perturbações no abastecimento do país, o Governo encarregou o CECEP da elaboração de um Plano Nacional de Segurança Alimentar, criando-se agora as estruturas indispensáveis à reali-

zação de tal tarefa.

O Gabinete de Planificação da Segurança Alimentar tem como atribuições participar na definição de uma política de desenvolvimento visando a autosuficiência alimentar do país, propor a criação ou modificação das estruturas necessárias à realização do Plano Nacional de Segurança Alimentar de modo a

permitir a melhor utilização possível dos meios humanos, organizacionais, financeiros e técnicos existentes no país com vista a garantir o abastecimento da população em produtos alimentares de base, centralizar todas as informações respeitantes à procura alimentar global e

(Continua na pág. 8)

## Cobrar electricidade só nos fins do mês

Acho oportuno levantar esta questão porque, tenho a certeza que a CEABIS depara todos os dias com este problema.

Há muita gente em Bissau que se esquece que quando consome energia eléctrica e água em casa, é necessário pagar. Os trabalhadores da Companhia de Electricidade e Águas de Bissau e o Instituto Nacional de Energia vêm se aflitos com esta questão. Vão de casa em casa contar a luz e a água, entregam aos moradores um aviso de que deverá liquidar as suas contas num prazo de 10 dias mas, as pessoas não fazem caso disso.

Depois, claro, vêm os cortes. E ali, começa a gerar a confusão. Ai lembram-se que é necessário pagar e vão a correr às instalações da CEABIS, porque, sem luz e água, o problema torna-se mais complicado.

Gritam, barafustam e os funcionários são quase obrigados a ir a correr, para ligar a energia eléctrica e a água. Dois dias depois voltam-se a esquecer de liquidar as contas e, a situação volta-se a repetir.

Mas, quanto a mim, também há uma certa desorganização por parte dos funcionários da CEABIS, porque outras pessoas que não são «caloteiras» às vezes são obrigadas a ficar sem luz e água. Isto acontece porque a CEABIS manda o aviso de pagamento a qualquer dia do mês e, muitas vezes, essas pessoas não têm dinheiro na altura para pagar. Por isso, penso que, se houver um pouco mais de método, eles poderiam ter as contas feitas com uma certa antecedência e começar a cobrar luz e água um ou dois dias antes do fim do mês. Uma pessoa, quando recebe, já tem em casa a conta e pode pagar dentro do prazo previsto. O dinheiro não é muito e, se não se faz uma planificação prévia pode-se ficar com uma série de dívidas. Pouca gente se dá ao «luxo» de dizer «deixa-me guardar este dinheirinho porque hoje ou amanhã vêm cá cobrar-me a luz e a água».

ALINA ALVES

## Encontro de directores dos internatos

Segundo encontro dos directores dos internatos do país com a Direcção Geral do Instituto de Amizade terá o seu início hoje pelas 16 horas, estando o encerramento previsto para o dia 29 do corrente.

Presidida pela camarada Esperança Robalo Furtado, Directora do Instituto de Amizade, a reunião terá como objectivo principal, fazer um balan-

ço das actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Estudos de Orientação Pedagógica do Instituto de Amizade — GEOPIA — e pela Administração e Finanças da mesma instituição. Em duas sessões de trabalho, por dia, a reunião decorrerá na sala da Direcção Geral do IA, em Brá, e contará, na sessão de abertura, com a presença do camarada Filinto Vaz Martins, Comissá-

rio de Estado da Educação Nacional.

Os dois departamentos do Instituto de Amizade, o G.E.O. P.I.A. e a Administração e Finanças, foram criados aquando do primeiro encontro, levado a cabo de 17 e 19 de Maio último, ficando o G.E.O. P.I.A. ligado ao GEOP do Comissariado da Educação Nacional. Além disso, do primeiro encontro saíram direc-

tivas no sentido de que o 2.º encontro fosse realizado em Empada. Mas, devido à conveniência do bom funcionamento do IA e tendo em conta que estamos no início do ano lectivo, tal não foi possível concretizar. A resolução emanada do último encontro sublinha a necessidade deste encontro se realizar de seis em seis meses. Portanto, no início e no fim de cada ano.

## Contactos com a Câmara Municipal de Lisboa

Frutuoso contactos foram estabelecidos entre o Comité de Estado do Sector Autónomo de Bissau e a Câmara Municipal de Lisboa, durante a visita que o camarada Juvêncio Gomes, titular da pasta fez à capital portuguesa.

Os dois organismos assinaram um memorando de entendimento que será submetido

aos governos de cada um dos países. Outros aspectos foram vistos, nomeadamente a formação de quadros guineenses em Portugal e a vinda de técnicos portugueses para preparar os quadros ligados a este domínio, a possibilidade da vinda de uma equipa para dar apoio no estudo do ramo da salubridade, dos

transportes e em outros aspectos ligados à vida da cidade.

Segundo o camarada Juvêncio Gomes, os responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa manifestaram uma grande abertura, derivada das excelentes relações de amizade e cooperação que existem entre a Guiné-Bissau e Portugal.

## Ponta Neto reabre em Dezembro

O bar esplanada Ponta-Neto vai reabrir ao público a partir da segunda quinzena do mês de Dezembro.

O referido bar esplanada que esteve encerrado durante algum tempo, devido a certas alterações na cobertura e o isolamento do «dancing» da cabine de som. A «Ponta-Neto» apresentará, agora, depois da sua conclusão, melhores condições de trabalho.

Segundo o Vice-Presidente do Comité de Estado da cidade de Bissau, camarada João Manuel Gomes, concentraram-se todos os trabalhadores do CECB, para que na segunda quinzena do mês que vem, possa entrar em funcionamento.

Nós não queremos criar um lugar de corrupção, queremos sim, criar lugares de repouso para os trabalhadores que ao saírem dos serviços não têm por onde ir».

No 2º trimestre de 1979

## Catorze mortos em acidentes de viação

Catorze mortos, 19 feridos graves e 18 ligeiros, foi o resultado de acidentes de viação ocorridos no segundo trimestre do corrente ano, segundo um relatório da Secção da Polícia de Viação e Trânsito, recebido na nossa Redacção.

Nesse período, foram registados 38 acidentes, sendo 34 com viaturas civis, um motociclo e três velocípedes. Foram apreendidas 24 cartas de condução por acidente, três veículos, três livretas

de circulação e título de registo de propriedade. Ainda durante o segundo trimestre de 1979 foram presas por condução ilegal quatro pessoas e por acidentes de viação também quatro.

No mês de Junho, registaram-se nove mortos em 10 acidentes, enquanto que se verificaram 13 acidentes em Maio com apenas dois mortos e no mês de Abril morreram três pessoas em 11 acidentes.

## Luta contra a lepra no país

O Comissariado de Estado da Saúde e Assuntos Sociais assinou, com a Associação Nacional Italiana «Amici Di Raoul Follereau De Ja Amici Dei Lebbrosi», um acordo que prevê iniciar no nosso país um programa de luta contra a lepra a nível nacional.

Este acordo fala concretamente da criação de cooperativas de leproso, de bolsas de estudos para quadros guineenses ligados ao tratamento da lepra, nomeadamente uma bolsa para formação de um médico e nove para preparação de enfermeiros, em dois anos.

Esta associação Italiana tem fornecido medicamentos ao nosso país para combater esta doença.

## Responde o povo

### Que pensa da assinatura da segunda convenção de Lomé

Foi assinado o segundo acordo da Lomé, pelo qual os países do Mercado Comum Europeu e várias nações da África, Caraíbas e Pacífico fixaram regras novas para as suas relações comerciais e financeiras. Trata-se de um compromisso de cooperação entre os países da CEE e os da ACP ou em vias de desenvolvimento.

Hoje, em «Responde o Povo» fomos ouvir o que pensam os leitores desta questão.

**Fernando Bandupy**, 27 anos e funcionário público — «Camarada, para te ser franco, permitá-me dizer-te que não estou informado sobre este problema, de maneira que não te posso ser assim tão útil como desejas. Mas de qualquer maneira, acho que se dessa convenção vier a sair alguma cooperação vantajosa, então nesse caso é muito bom; de contrário, seria uma perda de tempo. Realmente ouvi, há dias, na rádio, que o nosso país,

como membro dos ACP, também assinava essa convenção, tendo para isso viajado os camaradas Vasco Cabral e Luis Sanca. Por isso, espero que a assinatura do Lomé II traga muito de bom para os nossos países, na grande luta para o desenvolvimento.

**Mariato Indjai**, 20 anos, estudante — O que te posso dizer acerca da segunda convenção de Lomé é relativamente pouco, na medida em que uma pessoa não está muito bem

informada nesse aspecto. Eu penso que se no nosso país houvesse, no mínimo, uma publicação que falasse dos nossos problemas económicos e a maneira de os solucionar, talvez não existisse essa desinformação nesse campo. Ouve-se de quando em vez, na rádio, que houve um mau ano agrícola por falta de chuvas, ou isto e mais aquilo; não se aprofunda o problema o que leva a que dois dias depois de ouvirmos isso na rádio, pronto, foi-se embora, não restando mais nada na memória da gente. Eu, pessoalmente, acho que é muito importante uma publicação dessas, na medida em que iria ajudar imenso as pessoas e enquadrá-las dentro dos problemas económicos que o seu país enfrenta,

principalmente para que os jovens comecem a ter noção das dificuldades que um Governo tem na direcção de um país de fracos recursos como o nosso».

«A segunda Convenção de Lomé é: quanto a mim, um importante passo dado, na concretização da tão falada Nova Ordem Económica Mundial», — diria o camarada **Francisco Fernandes**, de 40 anos e professor do ensino secundário, que continuaria nestes termos: «Se isto se concretizar seria muito bom, porque já é tempo de se acabar com relações de exploração desenfreadas dos países desenvolvidos sobre os em vias de desenvolvimento. Esse desenvolvimento creio ser impossível sem as matérias-primas que nos tiram,

Espero que os países envolvidos nesta convenção enviem esforços no sentido de torná-la realmente frutuosa para ambas as partes, porque só assim ela cumprirá integralmente os princípios que a regem.

**M'buñ lalá**, de 27 anos, empregado de balcão — A assinatura da segunda convenção de Lomé, é realmente um acto importante, mas eu é que não me fio nisso. Não passa do que o povo já disse e com muita razão: «um lobo é um lobo mesmo que vista uma pele de cordeiro». Portanto eu acho que é impossível uma cooperação igualitária entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento. É por isso que eu cá tenho as minhas dúvidas a respeito

dessa convenção que engloba a CEE e os ACP.

Por último abordamos o camarada **Flávio Rodrigues Dias** um jovem estudante de 20 anos que em poucas palavras nos disse o que pensa da assinatura da segunda convenção de Lomé. «Na minha opinião, Lomé II é mais uma tentativa para o tão desejado equilíbrio económico internacional. Com a assinatura dessa convenção, esperanças são renovadas de novo, esperanças essas do progressivo desenvolvimento das nossas terras. Para terminar, faço votos que seja de grande importância e que as suas cláusulas sejam cumpridas na sua totalidade, para que possa de facto ser aquilo que os assinantes esperam que seja».

# Montada a estrutura organizativa para melhor aproveitamento das pescas

A INTERBASE, empresa caboverdiana de infraestruturas de pesca será, num futuro breve, um autêntico complexo industrial com serviços técnicos especializados, necessários ao desenvolvimento das capturas, transformação e comercialização do pescado, prestados a empresas nacionais e estrangeiras. Segundo o nosso colega «VOZ DI POVO» em reportagem desenvolvida, publicada na sua edição de 2 de Novembro, a partir de uma entrevista com o camarada Humberto Bettencourt, Director Nacional das Pescas, a INTERBASE já tem em funcionamento a sua primeira divisão, a FRICAP. Outras sub-empresas irão surgir — INTERMAR, INTERPESCA, SALMAR, PESCAVE e FRIMAR. Realizado integralmente pelo Estado de Cabo Verde, o complexo conta com um capital social de 170 mil contos.

Esta empresa, foi criada em S. Vicente, em 28 de Julho do corrente ano, pelo Decreto n.º 69/79, do Conselho de Ministros, e está sob tutela do Ministério da Coordenação Económica. A INTERBASE deverá satisfazer os seguintes objectivos:

— Desenvolver a pesca longínqua, o equipamento e a tecnologia. Irá criar estruturas de apoio à frota nacional, desenvolvendo-as de forma a servirem frotas estrangeiras, valorizando assim a situação estratégica de Cabo Verde em relação aos pesqueiros do Atlântico Oriental e aos mercados consumidores;

— Desenvolver e apoiar as indústrias transformadoras dos recursos vivos do mar por forma a exportar produtos na sua fase mais elaborada possível; incrementar racionalmente a captura e comercialização de crustáceos, evitando, sempre que possível, os intermediários e procurando tirar partido da nossa qualidade de signatários da Convenção de Lomé;

— Incrementar a pesca costeira, praticada por pequenas traineiras à volta de todas as ilhas, procurando inclusivamente, orientar as poupanças

dos nossos emigrantes para este tipo de actividade produtiva e geradora de divisas. Essa actividade deverá ser apoiada com uma rede de frio implantada em pontos estratégicos do Arquipélago;

— Fomentar a exportação de produtos de pesca excedentários, e assegurar o transporte de carga frigorífica no interior do país e no estrangeiro.

Das seis divisões operacionais que constituem a INTERBASE — FRICAP, INTERMAR, INTERPESCA, SALMAR, PESCAVE e FRIMAR, algumas poderão vir a transformar-se em empresas de serviços centrais, que chamarão a si as tarefas tecnicamente mais complexas, como o serviço comercial, serviço de contabilidade e finanças, contencioso, equipamento e aprovisionamento, tecnologia, documentação e estatística da Pesca.

## FRICAP — FRIO NACIONAL

Primeira divisão operacional da INTERBASE, a FRICAP (inicialmente endereço telegráfico da Comissão de Gestão dos Equipamentos de Pesca, herdados da empresa CONGEL), é já, desde 1 de Agosto, a proprietária das instalações de frio recebidas da CONGEL (três mil toneladas), ocupa-se já da venda de frio a frotas internacionais e ao comércio local, do fornecimento de gelo à frota de pesca local e congelação das capturas das unidades não congeladas. Apoiará futuramente uma unidade conservadora nacional e adquirirá os excedentes em atum da frota artesanal através da SCAPA.

## INTERMAR — FRIO AO ESTRANGEIRO

Resultado do esforço conjunto dos Governos

caboverdiano e holandês, a grande divisão da INTERBASE e futura grande empresa em S. Vicente será a INTERMAR — proprietária do novo complexo a construir nos terraços do cais acostável, que incluirá câmaras frigoríficas para 6 mil toneladas, uma fábrica de gelo e, numa segunda fase, um terminal de peixe para congelação, oficinas para apoio à frota internacional e a todo o complexo INTERBASE, equipamento de carga e descarga e gestão do porto de pesca.

A INTERMAR deverá entrar em funcionamento em meados de 1980 e trará ao porto de Mindelo um novo movimento de barcos de pesca do alto mar, no qual farão a descarga do peixe para congelar, de grandes transportadores transatlânticos que farão o escoamento para unidades de comercialização e transforma-

ção do peixe noutros continentes.

## INTERPESCA — PESCA LONGÍNQUA

A INTERPESCA dedicará-se à pesca longínqua, especialmente do atum, o que, inicialmente, poderá concretizar-se através da associação com uma empresa estrangeira detentora da técnica do cerco do atum. Um atum oceânico de mil e 200 toneladas deverá ser a primeira unidade desta divisão para o cerco do atum.

A FRIMAR, uma das seis divisões, encarregará do transporte em frio. Em colaboração com uma empresa estrangeira especializada e detentora da complexa tecnologia e capacidade de gestão, virá a ser uma transportadora frigorífica de peixe, carne e outros produtos congelados.

## SALMAR — EXPORTAÇÃO DA LAGOSTA

Esta unidade, ex-SALMAR na Palmeira (ilha do Sal), utilizando as câmaras frigoríficas e os viveiros para 20 toneladas de lagosta construídos no início dos anos 70 e que nunca funcionaram, apoiará a exportação da lagosta viva, venderá à frota internacional, logo que o porto da Palmeira esteja completo.

Uma frota de pequenos barcos costeiros operará em ligação com comunitários da rede de frio, administrada pela Pesca. Junto de cada base da rede de frio, em S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Praia, Brava, operará uma pequena frota de pesca costeira, constituída por traineiras de 15 a 20 metros, preparadas para a pesca do atum à volta das espécies e, eventualmente, a pesca da lagosta.

Centenas de pequenos trabalhos irão sendo criados gradualmente no complexo da INTERBASE. Esta empresa constitui o grande arranque em S. Vicente a nível nacional para o aproveitamento de recursos nacionais de um conjunto de sectores de actividades com maiores potencialidades económicas — pesca e todos os outros domínios dependentes do mar.

Uma boa hipótese de aplicação de capitais será futuramente oferecida pela PESCAVE, (uma das divisões operacionais da INTERBASE) aos emigrantes que queiram regressar ao país. Aplicação de capitais e garantia de instrumentos de trabalho num dos sectores de maior potencialidade económica em Cabo Verde.

## O destino na palma da mão

«Hoje, cada um, homem ou mulher, tem o seu destino na palma da mão. Pode levantá-lo bem alto e ser um filho de valor do nosso povo, como pode também pegar o seu destino na mão e dar-lhe um pontapé como qualquer menino joga uma bola».

São palavras do camarada Amílcar Cabral e foram proferidas nas sessões de introdução ao Seminário de Quadros. Focam uma questão fulcral as perspectivas abertas ao nosso povo com a luta de libertação nacional, em contraste com o que o esperava sob o colonialismo as saídas fechadas, o imobilismo, o bloqueio total. Diz ainda o camarada Fundador do PAIGC:

«Já há muito tempo que contamos aos camaradas que com o nosso Partido, cada ser humano, na Guiné ou em Cabo Verde, tomou o seu destino na sua mão. Cada um tem o caminho aberto para avançar, para um lado ou para o outro, conforme quiser, conforme a sua consciência, conforme o seu

trabalho. Pode ser cachorro ou pode ser homem ou mulher de valor. Hoje, desde que o nosso Partido foi criado e vocês, que aqui estão são a prova concreta disso, não há na nossa terra mais ninguém que ao nascer, toda a gente saiba o que é que ele será quando tiver 15 anos, 20 anos, 30 anos, ou

quando morrer. Muitos dos que estão aqui sentados, podem saber o que estariam a fazer hoje se o nosso Partido não existisse: ou estavam lavrando bolanhas, ou eram carpinteiros na cidade, ou eram criados do Sr. Joaquim qualquer coisa, ou eram cipaios em qualquer posto administrativo, e isso seria já uma grande sorte; ou estariam em S. Tomé ou em Angola, como contratados caboverdianos, ou passando todos os sofrimentos embora pudessem vestir-se bem, comer bem, na terra dos outros».

«Ou então mulheres desgraçadas no meio do nosso mato, ou então carregando pedras para construir

estradas dos tucas, pagando impostos. Quando muito, um ou outro podia ter a sorte de conseguir estudar um bocadinho, para avançar mais um bocadinho. Mas era tão raro, camaradas».

«Hoje não. Cada um conquistou um caminho, pode ir onde a sua capacidade o levar. Ninguém lhe tapará mais o seu caminho. Isso, mesmo para todos os filhos da nossa terra, tanto para os que estão no nosso Partido como para aqueles que estão ainda com os tucas. Quem está junto do do nosso Partido já conquistou os seus direitos de homem ou de mulher dignos. Depende só da sua vontade avançar ou ficar para trás».



Cabra + ca muri

Arrancou em Outubro do ano corrente, em Dakar, a instalação da Agência Panafricana de Informação, decidida pelos Chefes de Estado do nosso continente, durante a recente cimeira de Monróvia, com o objectivo de quebrar, em África, o monopólio informativo das grandes agências imperialistas e pôr ao alcance dos africanos uma informação produzida por africanos.

Os três primeiros anos, a partir de Outubro de 79, são considerados como «fase piloto», durante a qual, a futura Agência Panafricana lançará as suas estruturas, se dotará dos meios materiais e humanos indispensáveis e conquistará o seu próprio espaço nos «mass média» do continente.

Só para o arranque, a agência vai carecer de um milhão e 750 mil dólares, portanto, muito próximo dos 60 mil contos, o que dá ideia dos custos da informação no mundo de hoje e explica em grande parte, o domínio das cinco grandes agências internacionais (Reuter, United Press, France Press e Associated Press, nos países capitalistas e a TASS, na União Soviética).

A escolha de sede da Agência, que devia ter sido feita pela maioria de dois terços dos países membros da OUA, acabou por decidir-se apenas por maioria simples já que as sucessivas votações formaram dois blocos irreductíveis, com 18 países, de um lado, a votar pela Etiópia (onde funciona, como se sabe, a sede da OUA) e 21 a preferir o Senegal.

Estas votações, durante a Conferência dos Ministros de Informação, em Addis Abeba, deixaram a questão em suspenso, e a decisão adiada para a Cimeira de Chefes de Estado que se inclinou por Dakar face aos resultados referidos.

### RAZÕES DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA

A Convenção aprovada na segunda sessão da Conferência dos Ministros Africanos de Informação, a 9 de Abril de 1979, em Addis Abeba, justifica a criação da Agência Panafricana de Informação pela «necessidade imperiosa de substituir a Informação na África ao domínio imperialista, aos monopólios estrangeiros e orientá-la resolutamente para a promoção do desenvolvimento».

A Informação favorece a aproximação entre os povos africanos e facilitam

a integração e reforça a unidade africana, diz a Convenção, que destaca o facto de os acontecimentos em África nem sempre serem apresentados no exterior, na sua génese e evolução, com exactidão e objectividade. Os Ministros disseram mostrar-se «conscientes» do papel capital que desempenham os «mass média» no processo de libertação do homem, no desenvolvimento político, económico, social e cultural, como salvaguarda da independência nacional e como importante meio de contribuir para «a instauração de uma nova ordem mundial baseada na Justi

ca, na igualdade, na liberdade, na paz e na democracia».

A partir destes pressupostos, e do reconhecimento que sem uma formação africana, controlada por africanos, que aumente a troca sistemática de notícias, à escala bilateral, regional e continental se torna muito mais difícil o êxito das acções de desenvolvimento e de integração, os Ministros decidiram criar a Agência criação essa materializada na última reunião cimeira de Chefes de Estado, em Monróvia.

Mas antes insistiram em que (conforme se lê

no preâmbulo da Convenção) a Informação — e portanto a Agência Panafricana — deve constituir «uma poderosa arma de luta contra o colonialismo, o neo-colonialismo, o imperialismo, o apartheid, o racismo, o sionismo e todas as formas de dominação».

### OS OBJECTIVOS

Como objectivos da Agência, o artigo 2º destaca:

- promover os fins e objectivos da Carta da OUA;
- dar a conhecer e servir as lutas de libertação;

# Agência para quem das grandes

- favorecer uma troca eficaz de informações entre os Estados membros;
- trabalhar pela integração sub-regional e regional e reforçar a cooperação bilateral, assegurando uma circulação rápida e permanente de informações objectivas e responsáveis;
- corrigir a imagem deformada de África, dos seus países e dos seus povos como consequência das informações difundidas pelas agências de imprensa estrangeira;
- constituir um banco de dados sobre a África pelo desenvolvimento das possibilidades de recatamento e difusão de documentação adequada para o desenvolvimento das ciências nacionais já esboçadas, encorajar a criação de agências nacionais e institutos nacionais de formação no domínio da Informação;
- velar pela preservação, promoção e documentação tradicional escrita e visual;
- cooperar com organismos africanos de informação para um impulso em ma

## A Informação não é um poder paralelo

— Salientou o director da Rádio Mocambique ao NP

Durante a luta de libertação tanto na Guiné como em Angola ou Moçambique, a informação desempenhou um papel muito importante, quer mobilizando a população para se engajar na luta contra o colonialismo português, quer mobilizando o vasto sector da opinião internacional para apoiar essa luta contra o ocupante estrangeiro.

Hoje, depois da independência total e completa das nossas terras, ela informa formando o povo para as grandes tarefas da reconstrução nacional.

Numa entrevista concedida ao nosso jornal, o camarada Rafael Maguni, director da Rádio de Moçambique e responsável pela Organização Nacional de Jornalistas moçambicanos, falou nos dos problemas da Informação no seu país desde o tempo da luta e a necessidade de uma cooperação mais eficaz no domínio da informação entre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

«Durante a luta de libertação nacional a Informação disse ao nosso povo o que se passava nas frentes de combate, tanto no nosso país, como em Angola ou na Guiné. Isto fazia com que o povo soubesse que os camaradas na Guiné e Angola estavam a desenvolver a mesma luta. Por outro lado, foi através da informação que nós conseguimos mobilizar um vasto sector da opinião

pública internacional para apoiar a nossa própria luta de libertação nacional». Com este ponto de referência o camarada Rafael Maguni entrou de facto nos problemas da Informação.

Na fase actual, informamos «nós fazemos com que essa tradição da informação durante a luta armada seja seguida: mobilizando o povo para se engajar nas tarefas da reconstrução nacional e falar no exterior sobre os

esforços que estão a ser realizados para construir um Moçambique independente, para a edificação de bases materiais e ideológicas para a construção do socialismo. Ela também é um meio de divulgar as nossas experiências».

Recorda-se que em 1977, num seminário nacional onde foram debatidos vários temas sobre tarefas muito concretas da Informação e o papel que devia desempenhar na fase actual, o Presidente Samora Machel traçou como palavra de ordem que «nesta fase a informação deveria completar a ruptura com a informação colonial-capitalista burguesa».

Quer dizer, acrescentou o camarada Maguni, «nós consideramos que a informação não é um poder paralelo ao Partido ou ao Estado».

### OS JORNALISTAS TÊM QUE ESTAR ENGAJADOS NA REVOLUÇÃO

Com a debandada dos colonialistas portugueses, a informação nos centros urbanos ficou praticamente paralisada por falta de quadros. Só os que tinham vindo da luta, os que faziam a informação nas zonas libertadas se engajaram nessa tarefa, juntamente com alguns que tinham ficado. Por isso, até este momento, Moçambique tem problemas de quadros qualificados ideologicamente para seguir essa linha que o camarada Maguni apresenta como sendo a única que a informação deve seguir.

«Os jornalistas — friso a certa altura da entrevista, — não podem ser pessoas que estão no estribo do carro da revolução ou, se não estão, e não servem como instrumentos para divulgação desse processo. Isto quer dizer que temos ainda muitos problemas e dificuldades no que respeita a meios humanos. Alguns jornalistas estão ainda desenraizados devido à sua própria origem. Estão a desenvolver um grande combate interno para ver se se enraizam no povo porque é no povo onde

vamos buscar a informação e essa informação tem que ser feita de modo que o povo a entenda».

Para que o jornalista esteja completamente engajado na revolução o Partido criou a Organização Nacional de Jornalistas (ONJ), que tem por fim organizar os jornalistas para cumprirem cabalmente a sua tarefa na revolução.

«Achamos que é um passo muito importante porque os jornalistas precisam de um tratamento especial. Não estamos a dizer que os jornalistas sejam elementos especiais, mas eles têm tido muitos problemas e é necessário que haja um organismo do Partido para os enquadrar. Senão chegaremos a altura em que a informação vai começar a seguir aquela do antanho e não é isto que nós queremos nesta fase em que ela participa directamente no processo da revolução moçambicana» — salientou o director da Rádio de Moçambique.

### GRANDE INTERESSE NA COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO

Durante a sua estadia na nossa capital, o camarada Rafael Maguni con-

tactou os directores da Radiodifusão Nacional do jornal «Nô Pim» sobre a futura cooperação entre os dois países no domínio que é o da informação. Interrogado sobre como encara a cooperação entre os países que foram libertados por Portugal, o director da Rádio afirmou que o domínio da cooperação comum da informação é muito importante, que fizemos uma luta comum, tomamos colonização, e portanto, há situações idênticas tanto em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. A situação que herdamos é quase a mesma. Isto quer dizer que a troca de informações tal como durante a luta armada de libertação nacional que se apercebam do nossos desenvolvidos países. Se vamos a avançar em Moçambique e é divulgado na Guiné-Bissau, vamos aperceber em que caminho estamos e como vamos a caminhar para o progresso, quais as dificuldades, etc. Se a fazer o mesmo tipo de situações, poderão aprender com a experiência de Moçambique

# Panafricana de Informação brar o monopólio des agências imperialistas

de imprensa rádio e televisão e cinema, e os membros de uma rede nacional, deve, além disso, procurar manter o equilíbrio da rede e a difusão segundo o princípio da igualdade dos Estados e o respeito mútuo e o interesse comum. Poderá também estabelecer contratos com outros utilizadores exteriores ao Continente Africano.

**PRESENÇA DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO**

A Agência depende da Conferência de Ministros de Informação, e do Conselho Intergovernamental.

Os seus órgãos são a Direcção-Geral e os Comités Técnicos «ad hoc». A Conferência dos Ministros determina a política geral, examina e aprova o programa de actividades e o Orçamento, e o Conselho Intergovernamental é nomeia e demite, quando necessário, o Director-Geral. O Conselho Intergovernamental é composto de 14 estados, eleitos regionalmente para assegurar o equilíbrio da representação continental, sendo os seus mandatos de dois anos.

O primeiro Conselho Intergovernamental será composto por Angola, Camarões, e Rwanda (região Centro); Ghana, Guiné, Mauritânia, Serra Leoa (Oeste), Ilha Maurícia, Kenia e Uganda (Este), Lesotho e Moçambique (Sul) e Argélia e Marrocos (Norte). Tomam também parte nas reuniões o Secretário-Geral da OUA e o Presidente da Conferência de Ministros.

Este Conselho é responsável pela execução das decisões da Conferência e substituído entre duas reuniões ordinárias.

O Director-Geral é nomeado pela Conferência de Ministros sob recomendação do Conselho Intergovernamental. O seu mandato é de quatro anos e só pode ser renovado uma vez. A moeda da agência compõem-se de verbas contratualmente negociadas, contribuições dos Estados membros e ajudas de organismos internacionais aprovadas pela Conferência de Ministros. Além disso, beneficia da assistência de governos estrangeiros em instituições públicas ou privadas, sempre sob controlo da Conferência.

Para a suspensão de um Estado membro necessária a maioria dos terços na Conferência; poderá dever-se violação sistemática dos princípios e objectivos da Agência e não pagamento durante dois anos das contribuições devidas, salvo circunstâncias excepcionais.

As línguas de trabalho são as da OUA e os movimentos de libertação reconhecidos pela Organização de Unidade Africana gozam do estatuto de países associados.

vice-versa. Este intercâmbio de informações virá o processo da contínuo da nossa revolução nesta fase da reconstrução nacional.

Entretanto, com a Guiné-Bissau não há nada de concreto neste domínio.

**A luta dos negros americanos**

Ontem, pelos direitos políticos hoje, pela igualdade económica

o grupo. Ele pensa também que a luta prossegue normalmente o seu curso mas em pontos de situação actual, assim o exige.

A luta dos negros americanos diz-nos que não perdeu o seu dinamismo e somente deixou de aparecer com aquele tom dramático que tinha os órgãos de comunicação social que tinham grandes manchetes a toda a página.

prosegue «os negros têm tido sucessos na luta no campo económico. Mas nas escolas o impacto é fraco».

**DIPLOMACIA PARALELA**

Nos últimos meses, os negros americanos têm feito uma diplomacia à margem do seu Governo. Pri-

Rafael Maguni é da opinião que esse intercâmbio deveria iniciar-se através das agências de informação de cada um dos países.

Por outro lado, Angola, há o intercâmbio de algum material fundamentalmente música. Tem enviado para a RPA rádios, gramas, que relatam situações muito variadas e recolhas de episódios de luta etc.

«A luta dos negros americanos hoje, não é para poderem sentar-se na frente de autocarros. Ela é dirigida essencialmente, neste momento, para que o condutor do veículo possa se deslocar de algum modo de transporte», disse o director das Relações Públicas da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor Paul Brock, no encontro com um jornalista do «No Pintchay» em Nova York.

A luta dos negros americanos pela emancipação que começou num autocarro, não parou mas sim mudou de objectivos. «Se ontem os objectivos fundamentais eram para que as pessoas de cor pudessem sentar-se à frente dos transportes públi-

meiro, foi o embaixador das Nações Unidas, Andrew Young, que falou com o representante da OLP, o que originou a sua demissão pelo Governo depois o serpelo do reverendo Jesse Jackson pelo Médio Oriente onde se avisou com Yasser Arafat presidente do Comité Executivo da OLP. Porque essa diplomacia paralela dos dirigentes das organizações negras dos EUA? Foi a pergunta que fizemos ao nosso entrevistado.

«Os problemas dos negros não são direitos humanos, difíceis de definir e de explicar. Nem são sentar-se à frente dos autocarros. O essencial é orientar a luta para que o condutor desse veículo possa sentar-se ao lado. Nós temos

**AGÊNCIA PANAFRICANA: SÓ SE PARA DEFENDER OS INTERESSES AFRICANOS**

Falou-se da cooperação no domínio da informação entre os nossos países por isso, veio à baila a questão da nova Agência Panafricana de Informação criada recentemente pela OUA. O camarada Maguni disse que se não tem razão de existir se não facto defender os interesses dos africanos.

Muitos negros americanos dizem que o Movimento das pessoas de cor que atingiu o seu auge na década de 60, está hoje completamente parado. Os mais pessimistas dizem até que as vitórias alcançadas nesse período estão a ficar pelo caminho e dizem que as causas principais são o isolamento do seu líder, o dr. Martin Luther King e as divisões que se seguiram no seio do Movimento.

Mas, Paul Brock não é dessa opinião. Afirma que o camarada do Reverendo Luther King, escondeu por muito tempo as divisões que existiam no

a obrigação de chamar a atenção ao Governo dos EUA sobre os principais problemas internacionais, que podem originar um conflito que pode ir até à guerra. «Os negros americanos correspondem 20 por cento da população dos EUA e são 30 por cento das Forças Armadas americanas. Como vê, quando eclodir um conflito no mundo, somos nós a sofrer com isso em primeiro lugar».

«A questão energética que afecta neste momento o mundo em geral e os Estados Unidos em particular, atingem-nos em primeiro plano pois somos os mais pobres. Isso tudo faz com que nos preocupemos com os problemas internacionais».



**Reforço do prestígio da OLP**

A Organização de Libertação da Palestina (OLP) saiu reforçada da décima cimeira árabe que decorreu em Túnis de 21 a 23 de Novembro, com a participação de 21 Estados. Ao declarar nas suas resoluções que a causa palestina constitui a essência do conflito do Médio-Oriente entre a nação árabe e o sionismo, e ao recomendar conversações bilaterais entre o governo libanês e a OLP sobre a presença dos combatentes palestinos no sul do Líbano, os reis e chetes de Estados árabes não só reforçaram o prestígio da organização, como também fizeram trancas-sar o plano israelita que visava cortar a Resistência Palestina a possibilidade de lançar operações a partir do sul do Líbano.

Com efeito, os participantes na cimeira de Túnis concluíram que o responsável pela tensão no Líbano não é a OLP, mas sim os sionistas de Israel que ocupam as terras árabes e expulsaram 3 milhões de palestinos da sua pátria.

Portanto, a tática sionista de aumentar sistematicamente a tensão no Líbano, através de agressões e atentados foi desmascarada e derrotada. Apesar da situação internacional complexa em que se vive, particularmente no Médio-Oriente, a cimeira de Túnis registou o importante acordo para a elaboração de uma estratégia árabe única nos domínios político, económico, cultural e militar.

Mais uma vez o acordo de Campo David foi condenado. Os participantes saudaram a tenacidade do povo árabe nos territórios ocupados e a sua resistência à ocupação e implantação de colónias de povoamento, e apelou à intensificação da luta contra a farsa da autonomia administrativa.

Por outro lado, a cimeira de Túnis saudou o apoio dos países socialistas à causa árabe. Decidiu conceder uma assistência financeira de 400 milhões de dólares ao governo libanês num período de cinco anos para a reconstrução do país.

# Apoio total à Frente Patriótica

— reafirmam os países da "linha de frente"

Os países da «linha de frente» (Angola, Moçambique, Zâmbia, Botswana e Tanzânia) reunidos no fim da semana passada em Dar-Es-Salam, reafirmaram o seu apoio total à Frente Patriótica do Zimbábue, que trava negociações cruciais com a Grã-Bretanha sobre o cessar-fogo na Rodésia.

Josua Nkomo, co-presidente da Frente Patriótica, declarou anteriormente que a frente «deseja o fim da guerra o mais depressa possível mas não às suas custas». Os dirigentes nacionalistas, que já regressaram a Londres para prosseguir as conversações, indicaram que não se submeteriam ao ultimato que lhes foi lançado pelo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, lord Carrington.

Acusaram a Grã-Bretanha de trabalhar «mão com a mão» com o regime fantoche de Muzorewa. A Frente Patriótica

recusa o plano britânico para o cessar-fogo, por considerar que não estão criadas as condições que lhe permitam participar nas futuras eleições em condições de segurança e liberdade.

A frente propôs a criação de uma força de vários milhares de homens que se encarregaria de observar e de fazer respeitar o cessar-fogo. Discorda também com o prazo de dez dias avançado por Londres, e propõe vários meses.

A cimeira da «linha de frente» debateu ainda o problema das agressões rodesianas contra a

Zâmbia — condenadas pelo Conselho de Segurança da ONU — e a tensão que provocaram nas relações britânico-zambianas. Numa conferência de imprensa realizada em Lusaka, o presidente Kenneth Kaunda afirmou que a Grã-Bretanha e a África do Sul conspiravam para que as tropas sul-africanas invadissem o Zimbábue independente no caso da Frente Patriótica vencer as eleições.

Anunciando a sua decisão de pôr o seu exército em estado de alerta, o presidente Kaunda acrescentou que o seu país tinha o direito de pedir a qualquer país amigo que venha em sua defesa.

A OUA condenou na sexta-feira o chefe do regime fantoche da Rodésia, Abel Muzorewa, a quem responsabilizou pelos recentes ataques rodesianos contra as pontes e instalações economicamente vitais na Zâmbia.

Acusando Muzorewa de agir em nome «da minoria branca louca da Rodésia e da África do Sul», a OUA pediu à população do Zimbábue para desacreditar o bispo traidor antes que ele reduza o país ao estado de um bantustão. A Organização da Unidade Africana afirmou-se disposta a dar ao presidente zambiano Kenneth Kaunda toda a ajuda de que necessitar para acabar com as agressões rodesianas.

## Marrocos deve desocupar o Sahara

— confirmam as Nações Unidas

NOVA YORK — «A Assembleia Geral das Nações Unidas saudou o acordo de paz entre a Mauritânia e a Frente Polisário, pedindo ao mesmo tempo ao Marrocos para acabar com a ocupação do Sahara Ocidental e juntar-se à dinâmica de paz. A ONU recomendou também que a Frente Polisário, na sua qualidade de representante do povo saharauí, participe na busca de uma solução para o conflito

do Sahara conforme as decisões das Nações Unidas, da OUA e dos Países Não-Alinhados».

Esta questão foi apresentada a 34.ª Assembleia Geral pelo Comité de Libertação da ONU, que no início de Novembro tinha recomendado a desocupação do território saharauí pelo Marrocos e o reconhecimento da Frente Polisário.

Numa resolução adoptada por 85 votos a favor, seis contra e 41

abstenções, a assembleia «lamentou profundamente» a agravação da situação, devido à ocupação contínua do Sahara Ocidental pelo Marrocos que intensificou este processo ocupando também o território recentemente evacuado pela Mauritânia.

A Arábia Saudita, Gabão, República Centro-Africa, Guiné-Equatorial, Guatemala e o Marrocos recusaram esta resolução. Mikhail Kharlamov da

União Soviética, declarou que o povo do Sahara Ocidental tinha o direito à autodeterminação que lhe deve ser concedida por meios pacíficos.

### KREISKY APOIA POLISARIO

Bruno Kreisky, Primeiro-Ministro austríaco e presidente do Partido Socialista Austríaco (S.P.O.E.), reafirmou o apoio do seu partido à luta do povo saharauí, sob a direcção da Frente Polisário, para a autodeterminação e a independência, conforme as resoluções da ONU e da OUA.

O dirigente europeu recebeu na semana passada em Viena uma delegação da Frente Polisário conduzida pelo seu secretário-geral adjunto, Bachir Mustafa Seyed. Segundo um comunicado, a delegação saharauí da qual fazia ainda parte Mahmoud Abdel Fettah, representante da frente para a Europa e Suleiman Tayeb, representante na Alemanha Federal, informou Kreisky dos riscos de internacionalização do conflito a seguir ao aumento da venda de armas americanas ao regime marroquino.

## Bolívia: novo governo, velhos problemas

Ainda numa atmosfera de «festa» criada pelo retorno à legalidade, o governo provisório de Lidia Gueiler começou a abordar os graves problemas que deverá resolver.

Lidia e os seus colaboradores traçam planos para sair da grave crise económica, base da problemática boliviana. O regime recentemente instalado — que constitui uma derrota para o movimento

militar que se instalara no poder a 1 de Novembro — tem a difícil tarefa de resolver a crise económica sem afectar os interesses populares. A COB, maior central sindical boliviana, já advertiu que está disposta a entrar em greve se o actual governo não respeitar as liberdades democráticas.

O deputado comunista e dirigente da COB, Si-

mon Reyes, lembrou o acordo da assembleia desta organização sindical, que deixava à responsabilidade do Congresso a solução da crise política, e advertiu que os operários defenderão os seus interesses face a medidas económicas adversas.

Depois de ter sublinhado que é a classe operária — que sofreu mais

de 200 mortos nas manifestações anti-golpe de Estado e realizou sete dias de greve geral — e não o parlamento quem defendeu o sistema democrático, o deputado operário renovou o pedido para que as eleições de 1980 sejam gerais e não somente presidenciais, porque é necessário renovar também o Congresso.

## Conselho de Segurança e a crise irano-americana

O presidente boliviano do Conselho de Segurança da ONU iniciou negociações para a reunião do Conselho a fim de tentar deter o agravamento da tensão criada pela crise nas relações irano-americanas.

Numa iniciativa pessoal, que os diplomatas na ONU interpretam como

uma tentativa de desanuviar a atmosfera, ganhar tempo e permitir assim um desbloqueamento político e psicológico de uma situação considerada cada vez mais perigosa pelas suas repercussões internacionais, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, convocou o Conselho de Segurança

com urgência. Waldheim considera que a escalada da tensão entre os Irão e os Estados-Unidos, que começou com a ocupação, há quatro semanas, da embaixada dos EUA em Teerão por um grupo de estudantes islâmicos, atingiu um nível que ameaça não só a paz e a estabilidade na re-

gião do Golfo Pérsico, mas também do mundo inteiro.

O secretário-geral da ONU declarou que a sua iniciativa foi tomada em virtude do artigo 99 da Carta das Nações Unidas que confere ao secretário-geral o direito e mesmo o dever de convocar o Conselho de Segurança

quando julgar que uma ameaça grave pesa sobre a paz do mundo.

Segundo Waldheim, a actual crise que opõe o Irão aos Estados-Unidos é a mais grave que já se registou no mundo desde a chamada dos «mísseis de Cuba», entre os Estados-Unidos e União Soviética.

### ESCOLA EM HUAMBO

LUANDA — Um colégio pedagógico industrial foi fundado em Huambo no centro-sul de Angola. 85 estudantes iniciaram os estudos na nova escola de formação técnica destinada a preparar professores para as escolas técnicas profissionais de Angola. O centro de estudo foi criado com o auxílio da URSS que forneceu os equipamentos e professores. (Novosti)

### ALUNOS EM MOÇAMBIQUE

MAPUTO — Mais de 1,6 milhões de moçambicanos frequentam actualmente as escolas primárias e secundárias do país, informaram as estatísticas do ministério da Educação e Cultura. O ministério anunciou que 1.474.553 alunos estudam nas aulas nocturnas em 7.080 escolas primárias. (AIM)

### SECTOR MINEIRO NA ARGÉLIA

PARIS — A Argélia projecta um importante desenvolvimento dos seus recursos mineiros não energéticos até 1990. A «Sonarem» (Sociedade Nacional de Pesquisa e Exploração Mineira), que produziu em 1978 cerca de 3,3 milhões de toneladas de mineral de ferro pretende, em 1980, aumentar esta produção para 5 milhões de toneladas por ano. (TAP)

# Reunião do CEL "É preciso preservar a pureza ideológica do Partido"

= comentou José Araújo, em conferência de Imprensa

O Comité Executivo da Luta do PAIGC, na sua reunião ordinária que decorreu de 22 a 25 do corrente em Cabo Verde, decidiu submeter ao Conselho Superior da Luta um projecto de criação do Secretariado do CSL e designou os responsáveis dos dois comités de coordenação dos ramos nacionais da JAAC e das Mulheres da Guiné e Cabo Verde.

O CEL aprovou também o projecto da criação da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria, tendo-se ainda debruçado sobre importantes problemas relacionados com a elaboração da primeira Constituição da República de Cabo Verde e com o projecto de revisão constitucional da República da Guiné-Bissau. Estas foram algumas das declarações feitas pelo camarada José Araújo, Secretário Executivo do CEL, num encontro com os responsáveis da imprensa nacional e estrangeira que teve lugar na manhã de ontem, na sede do Partido.

O CEL examinou ainda os projectos de regulamentação dos Estatutos do Partido, nomeadamente os relativos ao processo de admissão de candidatos, às actividades das organizações de base, às sanções e à desactivação de candidatos e militantes.

## Nô Pintcha

A Direcção do Jornal Nô Pintcha comunica aos seus leitores que não foi posta à venda a edição de sábado, devido aos cortes de fornecimento de energia eléctrica.

## Acordos agrícolas com a FAO

(Cont. da 1.ª página)

alimentação e agricultura no mundo.

A Conferência analisou o programa da FAO para 80/81, de questões de administração e finanças, da pesca e da zona económica exclusiva, da cooperação técnica e de problemas referentes à autosuficiência e segu-

O Comité Executivo da Luta do Partido tomou também importantes decisões com vista à regularização da situação de trabalhadores do Partido a fim de lhes ser assegurada a estabilidade e as regalias garantidas aos demais trabalhadores. Com vista à organização eficiente do exercício da função política dirigente da sociedade pelo PAIGC, o CEL definiu a competência dos diversos órgãos de direcção do Partido para selecção dos candidatos a cargos de diversos níveis das estruturas do Estado.

Também foram apreciados os relatórios dos Comités Permanentes dos Conselhos Nacionais do PAIGC, na Guiné e em Cabo Verde, sobre as actividades partidárias. Os relatórios foram apresentados pelos camaradas João Bernardo Vieira, Presidente do Comité Permanente do CNG e Pedro Pires, Presidente do Comité Permanente do CNCV. O CEL decidiu que o acto central solene de imposição das patentes militares será integrado nas comemorações do 16.º aniversário do Primeiro Congresso, realizando-se, portanto, no local em que foram criadas as nossas gloriosas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), em Fevereiro de 1964.

O desenvolvimento do trabalho partidário, sobretudo nos sectores da organização, ideológico (na luta contra os desvios da linha do Partido) e da for-

mação de quadros, com a realização de cursos de superação político-ideológica para quadros médios e superiores foram igualmente analisados. «É preciso preservar a pureza ideológica do Partido», salientou o Secretário Executivo do CEL do Partido.

O CEL aprovou ainda a proposta apresentada pela camarada Carmem Pereira, para que 30 de Janeiro

ro passe a ser o Dia da Mulher guineense e caboverdiana e apreciou o andamento do Museu da Luta Armada de Libertação Nacional.

Aquele órgão superior do nosso Partido nomeou os camaradas Carmem Pereira, do CEL do Partido, Presidente do Comité Supra-Nacional de Coordenação das Mulheres da Guiné e Cabo Verde e, João da Costa, do

CSL do Partido, Presidente do Comité Supra-Nacional de Coordenação da JAAC.

O camarada José Araújo informou também da realização num futuro próximo de mais uma reunião do CEL que deverá debruçar-se, nessa ocasião, sobre os problemas de desenvolvimento económico dos nossos países e dos problemas internacionais de actualidade.

## Declarações do camarada Presidente

«Foi uma reunião muito importante na vida do nosso Partido, porque tomámos algumas decisões a nível supranacional, que nos vão abrir novas perspectivas no trabalho do nosso grande Partido — o PAIGC» — declarou o camarada Presidente Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC no regresso de Cabo Verde.

«Decisões como a da criação do Secretariado do Conselho Superior da Luta do Partido, que tem estado a fazer falta, vão activar a acção do Partido nas nossas terras e também promovê-las no sentido da Unidade preconizada pelo PAIGC» — comentou o camarada Presidente.

Sobre a criação da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria, disse o camarada Luiz Cabral que ela será «um importante instrumento do Partido, pois, sabemos que a base do nosso Partido são os combatentes da Liberdade da Pátria. São aquelas pessoas que foram formadas no fogo do combate para a libertação da nossa terra. Portanto, esta Associação vai agrupar esses elementos e isso vai reforçar consideravelmente a acção do nosso Partido neste momento decisivo da luta pela Reconstrução Nacional na Guiné e Cabo Verde».

Disse, ainda o Presidente que a reunião do CEL decorreu «num ambiente de grande serenidade e de responsabilidade».

O camarada Luiz Cabral deu-nos também nota das suas gestividades à margem da reunião, durante o período que permaneceu na cidade da Praia.

«Aproveitamos alguns momentos livres para visitar projectos em curso em Cabo Verde. Posso dizer que viemos encorajados. Apesar das dificuldades que os camaradas enfrentam e foram originadas pelo colonialismo e pela falta de chuvas em Cabo Verde, os camaradas têm feito um trabalho bastante profundo. Se não podemos ainda classificar esse trabalho de arranque para o desenvolvimento, para ele abrem já largas e novas perspectivas ao povo irmão de Cabo Verde. Estamos cada vez mais seguros, de que, com os camaradas Aristides Pereira, Pedro Pires e outros camaradas da Direcção do Partido e do Governo, Cabo Verde será dentro de poucos anos, um país completamente diferente daquele saído da dominação colonial portuguesa».

«Também ficámos bastante entusiasmados com a construção da Escola do Partido perto da Praia, num local belo. A Escola vai constituir um orgulho para os militantes e responsáveis do nosso Partido e queremos louvar, aqui na Guiné, diante do nosso povo, todo o esforço que o Governo caboverdiano está a fazer para a realização da obra, que está à altura daquilo que representa o nosso Partido para o povo da Guiné e Cabo Verde, da responsabilidade que o nosso Partido tem na formação dos seus militantes e na formação do Homem Novo que queremos edificar, hoje na nossa terra livre de toda a dominação».

## Gabinete de Planificação Alimentar

(Continuação da 1.ª página)

à produção interna disponível e promover a formação de quadros nacionais que deverão actuar no domínio da planificação da segurança alimentar.

Este gabinete determinará também as necessidades da população em matéria de alimentação e identificará os recursos necessários à cobertura de tais necessidades levando em conta a produção nacional e a importação de bens, de forma a preparar um plano de abastecimento da população em alimen-

tos de base. Tem igualmente como tarefas importantes, identificar os estrangulamentos e as restrições que actualmente impedem a garantia de um abastecimento normal e regular da população e as medidas necessárias para a eliminação destas restrições estudar os meios mais apropriados para colmatar o «déficit» alimentar do país, através da ajuda planificada da Comunidade Internacional e preparar a documentação necessária para o abstenção de tal ajuda tanto no que respeita a bens como no que se refere à melhoria e ao

reforço das infraestruturas de comercialização dos produtos alimentares.

A ligação do Gabinete com os demais departamentos será assegurada por uma comissão composta por um representante do Commissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano, um do Commissariado de Estado de Comércio, Indústria e Artesanato, um do Commissariado de Estado do Desenvolvimento Rural e um representante do Commissariado de Estado da Saúde e Assuntos Sociais.

## Breves

MAURITÂNIA CONVOCA O CONSELHO DE SEGURANÇA

As autoridades mauritanianas pediram oficialmente a convocação imediata do Conselho de Segurança da ONU, do Conselho de ministros da OUA, da Liga Árabe e do Movimento dos Não-Alinhados a propósito da ocupação pelas tropas marroquinas da cidade mauritaniana de Bir-Moghrein, soube-se no domingo em Nouakchott. (FP)

REUNIÃO DO SOVIETE SUPREMO

A segunda sessão do Soviete Supremo da décima legislatura começa hoje em Moscovo. Será precedida por um plenário do Comité Central do PCUS. (FP)

GREVE DE FOME NA CISJORDÂNIA

Aynata Shaka, esposa do presidente da Câmara de Napluse e mais uma dezena de mulheres da Cisjordânia (Palestina ocupada), encontram-se desde ontem em greve de fome na sede da Cruz Vermelha Internacional em Jerusalém, em sinal de solidariedade com o presidente da Câmara de Napluse, Bassam Al-Shaka, preso em Ramalah e ameaçado de expulsão pelas autoridades sionistas. (FP)

## Aeronáutica

(Cont. da 1.ª pág.)

ainda totalmente terminadas. Aguardar-se também a chegada de algum equipamento. As aulas serão ministradas por técnicos do ICAO, professores do ensino secundário e técnicos da LIA.

O seu funcionamento ficará igualmente ao dispor dos actuais trabalhadores da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil e da LIA para uma constante melhoria dos seus conhecimentos e de outros organismos oficiais que queiram utilizar este estabelecimento para a preparação dos seus quadros.